

O Desígnio Marítimo Português

por João Carlos Quaresma Dias *

Quando o desespero parece querer tomar conta da classe política portuguesa face ao aproximar de tempestades violentíssimas cujo fim não se antevê e o torpor se apossa dos portugueses ainda incrédulos face à possibilidade de naufrágio, veio recentemente o Presidente da República na data comemorativa do 25 de Abril de 1974, lançar dois relevantes desafios à nossa sociedade. Um deles, recorrente, aponta no sentido de um novo regresso ao mar. No século XV, Portugal independente só fazia sentido se possuísse uma estratégia centrífuga face às forças unificadoras da Península em torno de Castela. Por isso, ficou célebre o desígnio estratégico de D. João II: «contê-los em terra e batê-los no mar».

Hoje, independentes, serão os países que não têm dívidas que não possam pagar facilmente, que têm capacidade de auto-defesa das ameaças externas e internas e, cujo povo, seja inovador, tenha educação, valores e sentido de entreajuda evidenciando que aquilo que une é sempre muito mais que aquilo que separa.

O apelo do Senhor Presidente não é novo visto que já ele mesmo e outros antes dele se serviram do mar como fonte de motivação e desígnio de futuro para Portugal.

Nada até hoje nos tem reconciliado com o mar que tão profundamente nos envolve. O tal torpor que atrás se referiu.

Nem empresários, capitães da indústria (onde estão eles e quem são; conhecem algum?), grupos económicos nacionais, governos, quem quer que seja, fez algo de realmente positivo nos últimos quinze anos, pelo menos, para que tenha havido uma esperança de retorno ao mar através da auto criação de um *cluster* marítimo onde pudéssemos ancorar boa parte da nossa economia e que servisse de fonte de orgulho e auto-estima do povo português.

Mas ainda que agora, neste momento, fossem reunidos todos os condimentos necessários a tal desiderato, quantos anos mais haveriam de ser precisos para que se forjasse um *cluster* marítimo de raiz portuguesa e, ainda assim, com a solidez que projectasse o país para um futuro menos sombrio?

Na verdade o instante problema actual é para ser resolvido ontem e não deixado para um paulatino amanhã (que já não canta); a solução marítima dificilmente poderia emergir com fulgor antes da próxima geração. Não deve por isto, deixar de se reflectir em tais encruzilhadas sem ter presente a caracterização da geopolítica marítima de Portugal. É

precisamente para o livro "Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal" que passo finalmente a reportar a vossa atenção. Do autor, Humberto Santos Rocha, pode dizer-se que é Oficial da Armada, investigador do Instituto do Oriente na área da Estratégia, Geopolítica e Relações Internacionais, incidindo principalmente o seu trabalho nos assuntos do mar e actividades marítimas.

Trabalho recente (Outubro - Dezembro de 2009), da colecção Cadernos Navais (31) com Edição da Comissão Cultural da Marinha, do seu Grupo de Reflexão Estratégica (GERE).

Desta, são essencialmente as conclusões (de um trabalho que consideramos muito relevante) intituladas "do pensamento à acção", que mais nos aguçaram a atenção e de entre as quais se respigaram algumas tantas (não todas), que calçam como uma luva ao tema, breve, que nos propusemos aqui tratar.

- "A realidade política tem ditado no pas-



sado, especialmente nas três últimas décadas, opções muito mais continentais que marítimas. Os ciclos políticos sucedem-se, ficando o relacionamento com o mar imutável ou mais afastado até;

- A constatação do discurso dissociado da prática, medidas políticas incoerentes com a visão intitulada «holística» do mar levam a asseverar que o ciclo geopolítico de pensamento – acção não é fechado;

- A vontade política expressa nos discursos, de assumir a utilização do mar é contrariada por actos de Política Nacional e Externa que revelam o contrário ou, no mínimo, uma desco-ordenação, sendo exemplo disso a política de defesa para o sector marítimo;

- Esta organização do Estado transpõe-se para a organização económica e tecido empresarial onde não há integração das actividades marítimas. A marinha mercante, um factor base do poder marítimo, é uma actividade meramente residual não se observando nem prevendo inflexão;

- Consta-se em diversos estudos relativos à riqueza do mar, uma distorção estatística e incongruências, desconflituada por definições e critérios estatísticos europeus, que permitem quantificar e comparar dados objectivamente e que, de outra forma, seria impossível;

- Numa perspectiva pragmática ditada pela prática das Relações Internacionais os recursos são de quem os consegue utilizar."

Nestas condições, o desígnio marítimo português que o Presidente da República recentemente nos voltou a sugerir tem todas as condições para, mais uma vez, não ser bem interpretado e provavelmente cair em saco roto, literalmente numa perspectiva de "pensamento – acção".

Acerca disto, e para validar tal asserção recorremos novamente ao nosso jovem Oficial:

- "Qualquer actividade relacionada com o mar carece de grande sustentabilidade. Consequentemente, as políticas têm de ser de longo prazo, não compatíveis com decisões e projectos por impulso, impostos pela envolvente externa conjuntural.

- Portugal reúne condições quase ideais para uma maritimização, mas a opção tem sido preterida em detrimento de projectos e investimentos contrários a essa tendência, e porventura menos sustentáveis a longo prazo."

Mais palavras para quê? Portugal só foi grande quando se virou para o mar. Hoje somos muito pequenos porque estamos, há muito, virados para o nosso umbigo.

Só os «pequeninos», os que correm o risco de submergir e desaparecer é que não morrem de vergonha por serem incapazes de viver com o que têm, por andar de mãos estendidas a esmolar e de ter uma das maiores dívidas do mundo.

Carregados de passado mas sem estratégia de futuro, para nós, o mar, parece estar cada vez mais longe e cada vez mais impossível. Oxalá que não seja assim, mas ao invés.

Que a uma tão profunda e deprimente maré vazia se possa suceder, tão breve quanto possível, uma radiante preia-mar.

* Professor Coordenador c/Agregação do ISEL, Professor Associado c/Agregação Convidado do IST e Membro da Unidade de Investigação em Engenharia e Tecnologia Naval (CENTEC) do IST; Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Portos e Transportes Marítimos (IPTM), Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) e Presidente do Conselho Português de Certificação Logística (CPCL); Membro Sénior e Especialista da Ordem dos Engenheiros quaresma.dias@ist.utl.pt